

“SOCIALISTA, REPUBLICANO E LAICO”
IDENTIDADE, PROGRAMA POLÍTICO E SOCIETÁRIO

SÉRGIO PINTO

REIVINDICAÇÃO E MEMÓRIA

Assim formulada, a trilogia “socialista, republicano e laico” afigura-se como um *slogan* identitário que evoca realidades distintas, não necessariamente coincidentes, e que, assim reunidas, constituem um programa social e político, no sentido amplo do termo.

A trilogia em causa convoca múltiplas referências historicamente situadas, momentos marcantes da construção da contemporaneidade ocidental e da inserção nela da evolução sócio-política e cultural de Portugal nos últimos dois séculos; das revoluções americana (1775-1783) e francesa (1789-1799) à “Primavera dos Povos” (1848) e da forma como foram ressentidas pelos movimentos que, no desenlace do liberalismo político, deram corpo ao fim da Monarquia Constitucional e à construção do regime republicano na sua primeira fase, o período que veio a ficar historiograficamente conhecido como Primeira República.

Nenhum desses processos foi, todavia, linear; o mesmo pode dizer-se das leituras hermenêuticas que buscaram conferir-lhes sentido. Se pode apontar-se algum historicismo na conexão imediata e sem matizes daqueles três momentos e a trilogia que condensa unitariamente o republicanismo, o socialismo e a laicidade, não é menos verdade que, apreciados na longa

duração dos seus percursos, cada um dos elementos consubstancia, mais ou menos coerentemente, um projecto holístico em que, na sua conjugação, resume uma visão sobre as origens e finalidades do Homem e da sociedade.

Assim agregados, aqueles três elementos conferem unidade a uma memória, ao mesmo tempo que se apresentam como consagração de um desiderato utópico de carácter orgânico em permanente reelaboração e, dada a sua componente escatológica,¹ em constante devir. No entanto, o entendimento unitário que a tríade consagra tende a ocultar tensões e conflitos presentes em torno da compreensão de cada um dos elementos que a compõem e da concretização dos mesmos.

Na realidade, embora agregados, republicanismo, socialismo e laicidade não são equivalentes, sem mais, e tão pouco convergentes. Um breve relance sobre o contexto recente em que foi proferida a frase e a partir do qual se popularizou, permite perceber a natureza tensional presente na consideração unitária que a formulação desse ideário condensa.

Esse contexto remete para a formulação de um projecto sócio-cultural e político no processo da democratização iniciada com o desmantelamento revolucionário das instituições que suportaram o Estado Novo, por grupos e personalidades que, concomitantemente, se distanciavam dos quadrantes comunistas ou do que se designou nesse contexto de extrema-esquerda. Buscava-se, nessa formulação identitária, a continuidade de acção com as acções oposicionistas que, no seio da identidade republicana, procuraram resistir à institucionalização do Estado Novo no trânsito entre a sublevação do Exército em 28 de Maio de 1926 e a constitucionalização do regime autocrático que se lhe seguiu.

Na formulação dessa tríade identitária, é central a personalidade, o enquadramento familiar, o percurso e a acção política de Mário Soares (1924-), bem como de algumas das personalidades que lideraram a fundação do Partido Socialista em 1973.

¹ Enquanto quadro descritivo do destino último do Homem, a escatologia apresenta as realidades que sobrevivem às contingências, apresentando-se como esse “nunca atingível” que, ao mesmo tempo, funciona como instância mobilizadora do agir para o tornar “já presente”, antecipando a sua concretização; diversificadas nas suas origens e nos seus objectivos, várias foram as propostas vindas a lume ao longo do século XIX e com sobrevivência para lá dele, que partilham com as instituições religiosas as formulações escatológicas, podendo contar-se entre elas as várias utopias socialistas e o espírito que animou algumas formas do republicanismo. Para uma perspectiva global sobre as distintas formulações e as suas ressonâncias escatológicas, atenda-se a Jean DELUMEAU, *Mil anos de felicidade II. Uma história do paraíso* (Lisboa: Gradiva) 1997.

Todavia, o cariz ideológico do novo Partido Socialista filiava-se no reformismo social-democrata europeu – afastando-se quer da via revolucionária, quer da perspectiva conservadora das instituições e da sociedade – num período de afirmação do neo-liberalismo político e económico à escala mundial, do qual procurava também demarcar-se, poucas semelhanças havendo com o primeiro partido que em Portugal se reclamou do socialismo, o Partido Operário Socialista (1875); este não coincidiu com o movimento republicano federado em torno do Partido Republicano Português (1883) no período da propaganda. A aproximação, já na fase final da Primeira República, deu-se num contexto em que os movimentos reivindicativos de cariz social eram corporizados maioritariamente pelos grupos anarco-sindicalistas, contrastando com o fraco desempenho eleitoral que aquele Partido Socialista sempre revelou.

Todavia, aparece como central para a formulação daquela tríade identitária a reivindicação do património social e político das personalidades e grupos que se reclamaram do republicanismo e que, no contexto da Ditadura Militar saída do golpe de 28 de Maio de 1926, procuraram resistir à implantação e consolidação do Estado Novo. Juntando republicanos da ala esquerda do Partido Republicano Português, seareiros, socialistas e independentes, o movimento que veio a ficar conhecido como “revirvalho”² alimentou a memória do projecto reformista e democrático da Primeira República onde veio a fundar-se, em grande parte, a reivindicação e a mobilização consignadas na tríade que integra republicanismo, socialismo e laicidade.

O movimento republicano apresentava-se, desde o último quartel do sec. XIX, como projecto de solução para o clima de crise com que era perspectivada a situação portuguesa coeva, incluindo a tentativa de resposta aos desafios lançados pela lenta mas continuada industrialização do país e consagrados na chamada “questão social”, daí as dissintonias³ e concorrência entre republicanos e socialistas, consagradas na definição de blocos partidários pugnando por concretizações diversas das alterações a levar a cabo. Pesem, embora, as acções contraditórias de alguns dos seus agentes políticos, não

² Para uma visão detalhada das personalidades, acções e objectivos do “revirvalho” atenda-se a Luís FARINHA, *O Revirvalho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940* (Lisboa: Editorial Estampa) 1998.

³ Para uma percepção mais acurada da demarcação entre republicanismo e socialismo, bem como os contactos ideológicos entre os dois movimentos, veja-se Fernando CATROGA, *O problema político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins* in *Revista de História das Ideias*, vol. 3, 1981.

deixam de ser significativas, para a apreciação da ligação não coincidente entre republicanismo e socialismo, as tentativas e concretizações da Primeira República no campo social.⁴ A permanente evocação da figura, percurso e obra de José Félix Henriques Nogueira (1823-1858) é ilustrativa disso mesmo, pelo papel pioneiro na introdução das ideias socialistas em Portugal e a sua harmonização com o ideário republicano que perfilhou.

A reivindicação do legado cultural da primeira modalidade do regime republicano português encontra-se presente, ainda, na elaboração da memória em torno da laicidade e das concretizações levadas a cabo nos inícios da República e trabalhada entre o decreto de separação das Igrejas do Estado (1911) e a assinatura da Concordata (1940).

A afirmação reivindicativa da laicidade surge, simultaneamente, como linha de demarcação face ao posicionamento do Estado Novo no que toca à paisagem religiosa institucional, e aproximação, por outro lado, do ímpeto laicizador do regime republicano na sua fase inicial, demarcação e aproximação precavidas contra os aspectos tidos demasiado radicais desse período e nos quais se via uma das causas, senão a causa, do impasse político-institucional e cultural da Primeira República.

Esta memória, de acentuado pendor judicativo no que toca aos desenvolvimentos da política religiosa das duas primeiras décadas do século XX em Portugal, não atende suficientemente ao cariz cultural holístico que o movimento republicano assumiu e o regime a que deu corpo procurou levar a cabo, por um lado, ao mesmo tempo que revela o conflito em torno da abrangência e o entendimento da laicidade, por outro lado, também presente no seio do movimento republicano e revelado na fragmentação partidária que se seguiu à Implantação da República. O mesmo conflito está presente no que concerne ao entendimento do republicanismo e do socialismo que, nos traços identificadores de cada um, foram perspectivados e levados à prática em graus e modalidades diversas.

De facto, a afirmação da laicidade no final do século XX, período a que reporta a formulação da tríade em causa, fez-se num quadro sócio-político e cultural, e ante uma paisagem religiosa, bem diversos daqueles que marcavam a realidade portuguesa e internacional no início do mesmo século.

⁴ Para uma síntese da questão atenda-se a Maria Alice SAMARA, *A questão social: à espera da "Nova Aurora"*, in: Fernando ROSAS, Maria Fernanda ROLLO (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Tinta da China 2009) 149-167.

Se na transição para a democracia não estava já em causa a natureza do regime nem a separação entre o poder político e o poder religioso, nem por isso deixava de disputar-se quer a modalidade da concretização daquele, quer a relação entre a esfera da política e da religião em regime de separação, num período em que a preocupação subjacente à afirmação da laicidade se encontrava marcada pela liberdade religiosa, que tinha sido objecto de um debate recente (1971) e que, assim formulada, só lateralmente esteve presente no conflito político-religioso que se complexificou no final da Monarquia e nos primeiros anos do regime republicano.⁵

O que então se debatia estava marcado pelos impasses que emergiam das contradições trazidas pela confessionalidade do Estado Monárquico, pela militante reivindicação da separação das duas esferas, bem como pela necessidade da mesma, sentida por algumas franjas da Igreja Católica e desejada por figuras destacadas das confissões cristãs evangélicas. O clima cultural envolvente congregava os vaticínios do fim da religião, segundo as perspectivas do cientismo e positivismo heterodoxo, as correntes vitalistas e irracionistas, críticas do cientismo, frisando os limites da racionalidade positivista, e os aparentemente contraditórios movimentos de expansão das confissões religiosas, no quadro expansionista dos impérios europeus e da constituição do “imperialismo” americano.⁶

⁵ A reivindicação da separação visava o fim da confessionalidade do Estado e a igualdade política dos cidadãos, independentemente do credo professado. A libertação da legitimação religiosa por parte do Estado não correspondeu, no entanto, à defesa da liberdade religiosa, na amplitude do entendimento actual, mas conduziu ao controlo das manifestações religiosas, continuando as práticas do regalismo monárquico; a manutenção do beneplácito e a conservação do Padroado, que desde o liberalismo era pertença exclusiva da Coroa, são dois dos sinais mais imediatos dessa continuidade que se reflectiu, também, no controlo sobre as manifestações culturais públicas das diversas confissões e sobre a intervenção dos seus agentes em Portugal durante a primeira forma do regime republicano e para lá dela.

⁶ Recorde-se que entre as determinações do Acto Geral da Conferência de Berlim (1885) estava a liberdade de missionação, o que permitia a penetração de diferentes confissões nos territórios dominados por Estados europeus confessionais, como o caso do português. A defesa das missões dirigidas pelo clero nacional servia de motivo, durante a Monarquia Constitucional, para a contestação da penetração do clero regular estrangeiro, por um lado, considerando-se que levavam a cabo uma obra de “desnacionalização”. Por outro lado, o mesmo argumento seria usado por diversos quadrantes políticos, para a alteração, após a Grande Guerra, da legislação relativa às congregações, favorecendo a sua acção nos territórios ultramarinos, de modo a obstar à penetração das missões protestantes que, no quadro estabelecido pela Conferência de Berlim, haviam desenvolvido trabalho missionário em várias das possessões portuguesas em África. O nacionalismo será um importante ponto de encontro entre os diversos grupos republicanos e o catolicismo, sendo crucial a situação de Portugal como país colonizador e a relevância da acção missionária para

A complexificação e diversificação dos protagonismos sociais acarretou, nas sociedades de presença religiosa marcada pela hegemonia católica, a reivindicação da libertação da tutela eclesiástica, colocando em causa a presença e as modalidades de actuação do clero, num período que assistia à lenta mas significativa transformação da presença eclesial no tecido social e à emergência do laicado.

Deste modo, entre os finais do século XIX e os inícios do século XX, considerar o movimento laicizador e os seus mecanismos não pode implicar, apenas, atender à contestação da confessionalidade do Estado com o desejo de uniformização social conferido pela pertença comum a uma confissão religiosa, nem ao decorrente anticlericalismo como reacção ao que era percebido como controlo eclesiástico da acção do indivíduo ou como influência de um enquadramento social, político e mental tido por obsoleto e cujo desaparecimento estava prognosticado. A esses elementos tem de juntar-se, por um lado, a proposta católica de regeneração do país, cujo eixo central residia no retorno a uma vivência religiosa tida por mais verdadeira e radical, que surgia em concorrência com as propostas socialistas e republicanas; por outro lado, tem de ter-se presente as metamorfoses por que passavam o entendimento da figura e acção do clero e o protagonismo mais saliente dos fiéis enquanto leigos, o que normalmente se designa por laicado. A aproximação deste termo, e do seu significado, à laicidade é mais que semântica, revelando como a reflexão sobre as suas implicações não estava ausente do campo teológico católico e das práticas do catolicismo, o que havia de revelar-se decisivo no quadro eclesiológico traçado pelo II Concílio do Vaticano.

PERSPECTIVAS DE UM DIÁLOGO CONFLITUAL

A trilogia programática “socialista, republicano e laico” pode entender-se, então, como a expressão de uma memória actual, elaborada a partir de elementos próximos mas não coincidentes, e uma reivindicação que remete, simultaneamente, para uma experiência histórica de longa duração e um desiderato utópico de carácter holístico.

Formulada no contexto democrático – electivo e contratual, finalidades fundamentais do republicanismo, do ponto de vista político e social –, ela

a apreciação do desenvolvimento da problemática religiosa quer durante a Primeira República, quer para lá dela.

visa fazer convergir a natureza do Estado, o seu objectivo social e a assunção da liberdade religiosa ante a diversidade confessional e a legitimidade da não crença, não pertença confessional ou indiferença religiosa. Embora os elementos constitutivos da tríade possam formular um projecto societário global coerente, pelas suas origens e objectivos, não deixam de estar em conflito, quer pela diversidade de entendimento daqueles grupos ou indivíduos que desse património se reclamam, quer dos que, reivindicando-se de uma dada pertença religiosa, o ressintam como afrontamento.

No que diz respeito ao panorama sócio-cultural português, a reacção de alguns sectores do catolicismo não se reduz a um mimetismo antitético. A diversidade inerente ao catolicismo português consubstanciou-se na fractura interna operada no trânsito entre a Monarquia Constitucional e a institucionalização do regime republicano, prolongando-se para lá do final da sua primeira configuração e dando lugar a posicionamentos diferenciados ante a afirmação de uma identidade que se apresenta como alteridade não totalmente alheia ao universo católico, dado que nenhum dos elementos da tríade é, por si, contrário à doutrina ou prática católica.

Quer a sedimentação do regime republicano, quer a actuação da hierarquia católica ainda durante a primeira forma daquele conduziram a uma secundarização da problemática política em detrimento da social e religiosa. Aliás, a “questão social” afigurar-se-á, em diferentes momentos e com protagonistas diferenciados, como uma instância de convergência entre católicos e figuras ou grupos que se reclamavam quer do republicanismo, quer do socialismo, seja na oposição ao Estado Novo, seja na constituição do espectro partidário no contexto democrático.

Esta consideração obriga a atender ao complexo imbricamento da “questão política” com a “questão social” e com a “questão religiosa”, permitindo lançar sobre outras bases, que não o mero conflito de blocos supostamente unitários, o questionamento sobre a elaboração da memória e a historiografia acerca da Primeira República no que concerne aos âmbitos que a tríade invoca: o republicanismo, no que respeita à questão política e à natureza do regime, o socialismo, no tocante à questão social e aos mecanismos de coesão societária, e a laicidade, quanto à questão religiosa, ao papel da pertença confessional e ao lugar do religioso na paisagem sócio-política e cultural do país e a possibilidade da não crença.

Neste sentido, o que está em jogo é a abrangência da laicidade, perspectivada que foi de modo diferente nas três formas que deram corpo ao

Estado Republicano em Portugal. No quadro da perspectiva contratualista, a desconfessionalização do Estado e da sociedade não negou o estatuto público à religião, pese embora as franjas para quem a laicidade isso exigisse. Todavia, a desconfessionalização e a separação pretendem estabelecer uma configuração social na qual o religioso deixa de ser a sua base de coesão, remetendo-o, pelo menos tendencialmente, para a esfera privada. A pertença religiosa é colocada prevalentemente sob o prisma da liberdade individual, do foro da consciência, daí o combate às instituições religiosas; em grande medida, o debate em torno da lei da separação de 1911 inscreve-se na disputa pela liberdade de associação e dos limites da mesma, a partir da consideração das entidades públicas como as instâncias a quem competia a construção da legitimidade e da coesão social, pela secundarização das instituições religiosas.

A afirmação identitária da tríade “republicano, socialista e laico” assinala, então, uma perspectiva acerca da problemática central das sociedades contemporâneas: o entendimento e a configuração da cidadania, as bases da coesão social e os referentes simbólicos que a estruturam e cimentam, bem como a discussão do lugar do religioso e dos seus agentes, clérigos e leigos, na comunidade nacional enquanto cidadãos. Esta discussão é também inerente às confissões religiosas, num quadro cultural traçado a partir da consideração da liberdade religiosa que, juridicamente estabelecida, traça uma linha de legitimidade de presença do religioso no tecido social.

Está em jogo, por isso, a configuração da pertença religiosa na sociedade contemporânea, o seu papel na determinação do indivíduo quanto às suas diferentes esferas de acção e o modo como a afirmação da sua confessionalidade, ou ausência dela, é equacionada num quadro social que não faz da instância do religioso a base da pertença à sociedade. A questão da cidadania e a disputa pela sua configuração coloca, em certa medida, a questão da possibilidade e do alcance da separação dos diferentes âmbitos – político e religioso, mas também económico, social e cultural – e do seu grau. A determinação da separabilidade diz respeito tanto ao indivíduo e à sua actuação como às instituições, quer às confissões e denominações religiosas como ao Estado e aos respectivos agentes de ambas. De facto, o indivíduo-cidadão não deixa de transportar um conjunto de problemáticas e inquietações que enquanto crente coloca à sua comunidade de pertença religiosa, embora estas possam não ser directamente desse âmbito; e colocar, enquanto crente,

questões que não podem ser cindidas da sua acção e pertença à comunidade dos cidadãos. Outro tanto pode dizer-se daqueles que, pertencendo a uma dada comunidade cívica, não se enquadram numa qualquer confissão ou reclamam o direito à indiferença religiosa ou ao ateísmo, bem como à apostasia e à blasfémia.

Embora tendo uma história e correspondendo a uma visão particular do entendimento da cidadania bem como do Estado, da configuração e instituição deste como fonte única da transmissão dos valores e afirmação de soberania inclusive quanto à religião – procurando garantir a coesão do tecido social num quadro heterogéneo de pertenças identitárias –, a tríade em causa afigura-se, não obstante, como um continente em busca de conteúdo. Em primeiro lugar, porque o seu desiderato último é de cariz utópico, configurando a construção de uma escatologia secularizada, assente na plenitude da realização humana⁷ e almejando a pacificação do tecido social. Em segundo lugar, porque o entendimento que propõe acerca dos conteúdos para que remetem cada um dos seus vectores – a questão política, social e religiosa – é objecto de entendimentos diversos, mesmo contraditórios por vezes, e sujeitos à mutação que as transformações sociais, políticas, culturais e religiosas impõem.

⁷ Assente na crença da perfectibilidade do Homem e na possibilidade da plenificação das suas capacidades para a construção da sociedade e do Homem perfeitos, socialismo e republicanismo pretendiam opor esse optimismo antropológico ao alegado pessimismo cristão. A oposição parece residir, todavia, mais no horizonte de realização que na crença acerca da perfectibilidade humana. O desiderato da santidade, formulado na doutrina do sacerdócio universal dos fiéis e que estrutura, em larga medida, a perspectiva eclesiológica actual, não deixa de sublinhar o constante *in fieri* humano; o seu horizonte de realização, todavia, é, na doutrina cristã, de concretização plena na ordem da transcendência, residindo aqui a diferença para as utopias de concretização imanente, mais que nos pressupostos antropológicos. Note-se, aqui, os pontos de contacto do pensamento de Antero, figura cimeira do primeiro socialismo em Portugal, acerca do aperfeiçoamento moral, condição da liberdade, fim último do universo: o “santo” afigura-se como objectivo último de um caminho de perfeição, da liberdade, através de uma praxis não egoísta (cf. Antero de QUENTAL, *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Sec. XIX* [Lisboa: Presença] 1995).

SÉRGIO PINTO, nasceu no Porto. Licenciado em Teologia pela Faculdade de Teologia da UCP, Lisboa; mestre em História contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro de doutoramento em História, da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Desde 2008 investigador integrado do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica.